A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11 de Julho de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

17 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Luís Lemos Triunfante*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Infante*.

2611019413

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 3634/2007

Insolvência de pessoa singular (requerida) Processo n.º 1768/06.6TBPRF

Credor — Marjos Equipamentos Industriais, S. A.
Insolvente — Joaquim Manuel da Silva Barbosa.

No 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, no dia 12 de Março de 2007, às 12 horas e 17 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Joaquim Manuel da Silva Barbosa, viúvo, nascido em 14 de Fevereiro de 1953, freguesia de Sobrosa (Paredes), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 149823207, bilhete de identidade n.º 05786039, com domicílio na Rua Nova de Sistelo, Urbanização de Sistelo, porta 15, 1.º, 4590 Paços de Ferreira.

Para administrador da insolvência é nomeado Artur José Ribeiro da Fonte, com domicílio na Rua do Professor Bento Jesus Caraça, 248, sala 6, 4200-128 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos devem constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 9 de Julho de 2007, pelas 14 horas, em substituição do dia 28 de Maio de 2007, pelas 14 horas, anteriormente designado, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

24 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Eduardo Couto Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Simão Carlos V. Gradíssimo*.

2611019382

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio n.º 3635/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 4587/06.6TBPRD

Requerente — S. L. B., S. A.
Insolvente — F. Ferreira Andrade & Irmão, L.ª

A F. Ferreira Andrade & Irmão, L.ª, número de identificação fiscal 500103526, com sede em Marcos, Cristelo, 4580-360 Paredes, e Domingos Lopes de Miranda, com domicílio na Rua de São Tiago, 765-B, Edifício Luzaga, Candoso São Tiago, 4835-247 Guimarães, ficam notificados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada, por despacho proferido de fl. 116 a fl. 120, por falta de legitimidade activa.

27 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Alexandra Ferraz Laranjeira*. — O Oficial de Justiça, *Caetano Moreira de Barros*.

2611019309

Anúncio n.º 3636/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 600/07.8TBPRD

Requerente — JVCALVES — Produtos Siderúrgicos, S. A., anteriormente denominada José Cunha Alves.

Insolvente — ALUMIPLUS — Indústria de Alumínio, Ferro e Automatismos, L.ª

No 1.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Paredes, no dia 26 de Fevereiro de 2007, às 13 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor ALUMIPLUS — Indústria de Alumínio, Ferro e Automatismos, L.ª, número de identificação fiscal 503339318, com endereço na Rua Central das Oregas, sem número, Bustelo, Recarei, 4580-000 Paredes, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor Joaquim Manuel da Costa e Cunha, com domicílio na Rua Central de Oregas, sem número, Recarei, 4580 Paredes.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Maria José Peres, com endereço na Praça do Bom Sucesso, 61, Bom Sucesso Trade Center, 5.º, sala 507, 4150-146 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.